



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios  
Coordenação de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Gerência de Projeções e Estudos Fiscais dos Estados, Distrito Federal e Municípios

## PARECER SEI Nº 530/2022/ME

**Documento preparatório**, nos termos do art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Acesso restrito até a tomada de decisão (art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012).

**Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional acerca do Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro**, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Processo SEI nº 17944.101744/2021-26

## 1 SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata este Parecer da análise do Plano de Recuperação Fiscal submetido à esta Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para apreciação pelo Estado do Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 2021, como um dos requisitos para ingresso no Regime de Recuperação Fiscal instituído pela Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.
2. A presente análise pauta-se na adequação do Plano à luz dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência, bem como dos seguintes instrumentos normativos:
  - a) [Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017](#), alterada pela [Lei Complementar nº 178, 13 janeiro de 2021](#);
  - b) [Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021](#);
  - c) [Portaria STN nº 931, de 14 de julho de 2021](#); e
  - d) [Manual do Regime de Recuperação Fiscal](#), publicado em 20 de julho de 2021 em sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional, especificamente na área destinada ao Tesouro Transparente.
3. Ressalta-se que este documento se circunscreve aos quatro aspectos a serem avaliados pela Secretaria do Tesouro Nacional previstos no § 1º do artigo 22 do Decreto nº 10.681, de 2021 e deve ser complementado pelos Pareceres emitidos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal (CSRFR), previstos no mesmo artigo.

## 2 INTRODUÇÃO

4. O Estado do Rio de Janeiro solicitou adesão ao Regime de Recuperação Fiscal em 25 de maio de 2021, sendo a solicitação deferida em 02 de junho de 2021, conforme DESPACHO STN-GABIN (SEI 16203495).
5. Após a adesão do Estado, no dia 10 de junho de 2021, houve a audiência mencionada no inciso IV do § 4º do Decreto nº 10.681, de 2021, quando foi definido o cronograma de elaboração do Plano de Recuperação Fiscal, formalizado ao Estado no Ofício SEI Nº 155073/2021/ME (SEI 16475213).

6. Ressalta-se que as entregas da documentação relativa às seções listadas nos incisos I a IV do artigo 5º do Decreto nº 10.681/2021 (abaixo reproduzido), que se referem à composição do Plano de Recuperação Fiscal (PRF), foram realizadas segundo o cronograma supracitado, observados os prazos atinentes a cada uma delas, e levando em conta os pedidos de dilação do Estado, todos deferidos por esta Secretaria.

*“Art. 5º O Plano de Recuperação Fiscal será composto das seguintes seções:*

*I - diagnóstico da situação fiscal do Estado no exercício anterior;*

*II - projeções financeiras para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes, considerados os efeitos da adesão ao Regime sobre as finanças do Estado;*

*III - detalhamento das medidas de ajuste que serão adotadas durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, dos impactos esperados e dos prazos para a adoção das referidas medidas;*

*IV - ressalvas às vedações previstas no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, e definição de impacto financeiro considerado irrelevante para fins de aplicação do disposto no § 6º do referido artigo;*

*V - metas, compromissos e hipóteses de encerramento do Regime de Recuperação Fiscal; e*

*VI - leis ou atos normativos dos quais decorram, nos termos do disposto neste Decreto, a implementação das medidas previstas no § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017, ou demonstração da desnecessidade de edição de legislação adicional, conforme o disposto no § 8º do referido artigo.”*

7. A análise das entregas referentes à composição do PRF resultou nos seguintes documentos, de elaboração desta STN:

a) Nota Técnica SEI nº 33661/2021/ME (SEI 17311805), de 20 de julho de 2021: Avaliação do Diagnóstico Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Plano de Recuperação Fiscal;

b) Parecer SEI nº 15148/2021/ME (SEI 18968165), de 27 de setembro de 2021: Análise da entrega efetuada pelo Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de elaboração do Plano de Recuperação Fiscal, composta pelas seções II e IV do PRF;

c) Parecer SEI nº 18401/2021/ME (SEI 20458631), de 25 de novembro de 2021: Análise das entregas efetuada pelo Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de elaboração do Plano de Recuperação Fiscal, composta pela seção III do PRF e reapresentação das seções II e IV;

d) Parecer SEI nº 19467/2021/ME (SEI 20849067), de 06 de dezembro de 2021: Parecer de análise da Entrega IV do Estado do Rio de Janeiro no âmbito de seu processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

8. Consoante § 2º do artigo 8º do Decreto nº 10.681, de 2021, os apontamentos realizados por esta Secretaria nos documentos supracitados poderiam ser saneados quando da apresentação do PRF para homologação, desde que não prejudicassem o processo de elaboração do referido Plano.

*“Art. 8º Durante o período de elaboração do Plano de Recuperação Fiscal, a Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia deverá:*

*(...)*

*§ 2º Os apontamentos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia em suas avaliações poderão ser saneados quando da apresentação do Plano de Recuperação Fiscal para homologação, desde que não prejudiquem significativamente o processo de elaboração do referido Plano, observados os critérios estabelecidos previamente pela referida Secretaria.”*

9. Assim, em 29 de dezembro de 2021, por intermédio do Of.SEFAZ/GABSEC nº1104/2021 (SEI 21401453), o Estado do Rio de Janeiro realizou a entrega do seu Plano de Recuperação Fiscal (PRF), composto pelas seções dos incisos I a VI do artigo 5º do Decreto nº 10.681, de 2021. A entrega do PRF é prevista no inciso II do artigo 21 do Decreto nº 10.681, de 2021, e deve ser acompanhada também da publicação do Plano no Diário Oficial e nos sítios eletrônicos oficiais do Estado e da notificação aos demais Poderes e órgãos autônomos do Estado:

*“Art. 21. O Governador do Estado, concluída a elaboração do Plano de Recuperação Fiscal:*

- I - dará ciência aos demais Chefes dos Poderes e órgãos autônomos do Plano de Recuperação Fiscal;*
- II - protocolará o Plano de Recuperação Fiscal no Ministério da Economia;*
- e*
- III - publicará o Plano de Recuperação Fiscal no Diário Oficial e nos sítios eletrônicos oficiais do Estado.”*

10. A documentação entregue pelo Estado do Rio de Janeiro foi acostada nos autos do presente processo (SEI 21399691) e é composta pelos seguintes documentos, compreendendo ofícios de entrega, o Plano de Recuperação Fiscal em si e seus anexos:

- a) Anexo I – Planilha de projeções financeiras, contendo 2 arquivos;
- b) Anexo II – Material utilizado para a elaboração do Cenário Base, contendo 55 arquivos;
- c) Anexo III – Material relativo às medidas de ajuste, contendo 21 arquivos;
- d) Anexo IV – Ressalvas às vedações do art. 8º da LC 159/17, contendo 2 arquivos; e
- e) Anexo V – Publicação de leis ou atos normativos do art. 2º da LC 159/17, contendo 13 arquivos;

11. Preliminarmente à análise da entrega do PRF do Estado do Rio de Janeiro, prevista no inciso I do parágrafo 1º do artigo 22 do Decreto nº 10.681, de 2021, este Parecer cuidará da verificação do saneamento dos apontamentos realizados, bem como de eventuais alterações na documentação atual quando comparada àquelas encaminhadas anteriormente. Cabe dizer que esta Secretaria analisará o referido Plano quanto ao reequilíbrio das contas do Estado ao longo da sua vigência, o cumprimento dos prazos para sua elaboração, à adequação à Lei Complementar nº 159/2017, e suas alterações, e ao risco de não implementação das medidas de ajuste propostas, conforme dispõem as alíneas a) a d) do citado inciso transcrito abaixo (grifos nossos):

*“Art. 22. O Plano de Recuperação Fiscal do Estado será apresentado à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que o encaminhará à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal.*

*§ 1º Os pareceres dos seguintes órgãos serão elaborados no prazo de quinze dias, contado da data do recebimento por cada órgão:*

***I - Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que avaliará:***

- a) reequilíbrio das contas estaduais durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal,***
- b) cumprimento dos prazos para a elaboração do Plano de Recuperação Fiscal;***
- c) adequação do Plano de Recuperação Fiscal ao disposto na Lei Complementar nº 159, de 2017, e neste Decreto; e***
- d) risco de não implementação das medidas de ajuste propostas em decorrência da repartição de competências estabelecidas pela Constituição;***

*II - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que avaliará a adequação das leis apresentadas pelo Estado em atendimento ao disposto no art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017; e*

*III - Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, que avaliará a observância ao disposto nos incisos I e IV do caput do art. 7º-B da Lei Complementar nº 159, de 2017.*

*§ 2º Os pareceres a que se refere o § 1º serão encaminhados ao Ministro de Estado da Economia, que poderá se manifestar favoravelmente ao Plano de Recuperação Fiscal no prazo de até dez dias, contado da mais recente dentre as datas de recebimento dos referidos pareceres, caso os pareceres sejam favoráveis ao pleito do Estado, com ou sem ressalvas.” (G.N)*

12. Ressalta-se, ademais, que, conforme mencionado pelo Parecer SEI nº 19467/2021/ME (SEI 20849067), isso significa que a análise “apontará não só o cálculo realizado para o atingimento do equilíbrio, mas também as fragilidades do Plano apresentado pelo Estado, as premissas sobre as quais está baseado e as condições necessárias para o seu sucesso”.

13. Assim, como também já elucidado pelo supracitado Parecer, o presente documento “não se restringe apenas à verificação do equilíbrio, tampouco vincula a manifestação do Ministro de Estado da Economia a respeito da homologação do Plano.

*Dessa forma, é importante salientar que haverá, conforme previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 159/2017, avaliação acerca da conveniência e oportunidade do Plano de Recuperação apresentado”.*

### **3 ANÁLISE PRELIMINAR**

#### **3.1. Histórico dos apontamentos realizados nos Pareceres SEI Nº 18401/2021/ME e Nº 19467/2021/ME**

14. Primeiramente, acerca do Parecer SEI nº 18401/2021/ME (SEI 20458631), de 12 de novembro de 2021, de elaboração desta Secretaria, faz-se necessário esclarecer que o mesmo trata de análises relativas às entregas compostas pela seção III do PRF e reapresentação da seção II.

15. Em resposta ao supracitado Parecer, o Estado do Rio de Janeiro encaminhou, por meio do Of. SEFAZ/GABSEC SEI nº 1010 (SEI 20753971), de 1º de dezembro de 2021, documentação referente ao saneamento de alguns dos apontamentos realizados por esta Secretaria e, adicionalmente, apresentou a entrega IV – metas, compromissos e hipóteses de encerramento do Regime de Recuperação Fiscal. Todos os arquivos estão acostados no processo SEI 14022.167112/2021-39, em anexo ao presente processo.

16. Diante da documentação encaminhada, esta Secretaria elaborou o Parecer SEI nº 19467/2021/ME (SEI 20849067), de 06 de dezembro de 2021, em que analisou as alterações apresentadas pelo Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de sanar os apontamentos do Parecer SEI nº 18401/2021/ME e avaliou a adicional entrega IV. Portanto, **o Parecer SEI nº 19467/2021/ME foi o último Parecer feito por esta Secretaria, anterior à presente análise, e por esta razão será utilizado nesta seção como base para avaliar os pontos já resolvidos e pendentes de solução por parte do Estado.**

17. O Parecer SEI nº 19467/2021/ME demonstrou que, dos apontamentos realizados no Parecer SEI nº 18401/2021/ME, o Estado sanou questões relativas à:

- a) isenção de responsabilidade das equipes técnicas pelo conteúdo de parte das notas técnicas descritivas das medidas de ajuste;
- b) dupla contagem na apuração do efeito fiscal da liberação de depósitos judiciais envolvendo os campos de petróleo de Tupi e Tartaruga Verde;
- c) potencial descumprimento dos gastos mínimos com saúde e educação como decorrência do cancelamento de restos a pagar;
- d) migração dos efeitos fiscais de determinadas medidas de ajuste para o cenário base; e
- e) detalhamento das premissas da projeção com inativos, em que se evidenciou o fluxo atuarial decrescente que, composto com a revisão geral anual, resulta em crescimento desta rubrica inferior ao da rubrica de ativos.

18. **No entanto, nem todos os apontamentos constantes na avaliação anterior foram solucionados.** O mesmo Parecer SEI nº 19467/2021/ME apontou que restaram de solução pelo Estado do Rio de Janeiro os seguintes itens cujas alterações apresentadas foram consideradas insuficientes para sanar os apontamentos emitidos no Parecer SEI nº 18401/2021/ME:

- a) retirada da correção monetária do ano-base utilizado para cálculo da limitação de crescimento das despesas;
- b) proposição otimista quanto ao valor esperado de securitização da dívida ativa;
- c) retirada do Plano das medidas de ajuste “03. Receitas do Fundo de Participação Estadual” e “04. Créditos de Carbono”, que estavam fora da alçada do Estado, com elevado risco de implementação;
- d) adequação do plano de ação da medida de ajuste relativa a “ganhos com maior fiscalização de participações especiais”; e
- e) reconsideração da manutenção de revisões gerais anuais da remuneração dos servidores (aumento salarial nominal).

19. Além da avaliação do atendimento dos apontamentos descritos no Parecer SEI nº 18401/2021/ME, o Parecer SEI nº 19467/2021/ME fez análises adicionais, relativas à aba “IV-Verificações” do Plano de Recuperação Fiscal do Estado, que diziam respeito a inconsistências na apuração do cumprimento do limite anual de crescimento das despesas ao longo do Regime e à desvinculação da inscrição e pagamento de

restos a pagar (RAP) do total de receitas e despesas orçamentárias dos exercícios, que implicava em uma ausência de correspondência entre possíveis frustrações do efeito de medidas de ajuste e a variação do estoque de restos a pagar.

20. Por fim, é válido ressaltar que, em ambas as análises contidas nos Pareceres objetos desta seção, esta Secretaria apontou o risco de a estratégia de equilíbrio fiscal do Estado do Rio de Janeiro não se concretizar diante da possibilidade de frustração de medidas de ajuste e pela forma como o Estado objetivou atingir o equilíbrio, com falta de gradualidade no crescimento do superávit primário, queima de caixa ao longo de diversos exercícios e sem margem para acomodação de desvios nas variáveis macroeconômicas, em especial, em variáveis-chave, como crescimento do PIB e crescimento de receitas<sup>[1]</sup>. Diante desta observação, citou-se a necessidade de o Estado considerar os apontamentos emitidos por esta Secretaria de modo a assegurar a sustentabilidade e a credibilidade do Plano a ser apresentado, ou seja, que o Plano tenha como base premissas robustas que levem a um equilíbrio sustentável e provável. *Ipsis litteris* (grifos nossos):

**"...entendemos que o equilíbrio fiscal previsto pelo Estado em seu Plano, caso se efetive conforme a entrega de 01/12/21, sem observar as observações feitas por esta STN, não é crível o suficiente.**

*Há quatro grandes motivos para isso. Primeiro, as projeções não estão de acordo com as regras para a limitação de crescimento das despesas requerida pelo Regime de Recuperação Fiscal, o que permite uma expansão fiscal significativa por meio da elevação da dívida com a União. Além disso, as projeções têm elevada dependência da concretização de medidas que consideramos apresentar elevado risco de não implementação, especialmente a medida de securitização de dívidas, que possui valores estimados que são demasiadamente otimistas, além de estarem concentrados no fim do Regime. Terceiro, parte significativa da receita do Estado do Rio de Janeiro decorre de rendas com a exploração de petróleo, as quais são muito voláteis e podem não se realizar nos patamares previstos. Por fim, os resultados primários projetados são menores que os pagamentos das dívidas estaduais em quase todos os anos do Regime, exceto o último. Com isso, o Estado estaria reduzindo seu caixa ano a ano para conseguir pagar o serviço crescente da dívida. Qualquer desvio significativo nas projeções ou qualquer penalização por descumprimento do Regime poderiam comprometer os resultados do Plano de forma permanente. Isso posto, reforçamos a importância de revisão do material produzido pelo Estado conforme disposto neste Parecer e nos anteriores antes da apresentação formal do Plano de Recuperação Fiscal para homologação. Os riscos mencionados no parágrafo anterior, se não saneados, serão apontados e destacados na manifestação da STN acerca do Plano."(G.N)*

21. Cabe adiantar que na versão final do Plano encaminhada pelo Estado, este endereçou alguns desses apontamentos supramencionados, **permanecendo, porém, substanciais deficiências e inconsistências, que serão exploradas nas seções seguintes deste Parecer**, algumas já antecipadas ao Estado e outras em virtude de alterações feitas no PRF.

### **3.2. Das alterações trazidas pelo Estado na versão final de seu Plano de Recuperação Fiscal**

22. Da comparação da documentação entregue pelo Estado do Rio de Janeiro (SEI 21399691) em relação àquela anteriormente apresentada, o Plano incorporou algumas das alterações indicadas na seção anterior. Dentre os apontamentos sanados, pode-se mencionar que:

a) A lei estadual que instituía no Estado o limite de crescimento de despesas foi alterada, tornando o ano de 2021 o novo ano-base de referência, eliminando a correção monetária que constava anteriormente no Plano e não possuía previsão legal;

b) O Estado explicou que a desvinculação entre a inscrição de restos a pagar e as receitas e despesas do exercício decorria da sua ampla disponibilidade de caixa, o que lhe permitiria garantir a trajetória prevista para a variação do estoque de restos a pagar (notar que o caixa está excepcionalmente alto por conta, principalmente, da alienação de concessões da CEDAE, uma medida extraordinária, e não por razões estruturais);

c) Foram excluídas as medidas de ajuste que previam um aumento do Fundo de Participação dos Estados, de 21,5% para 26% da receita com impostos sobre a renda e produtos industrializados, e a negociação de créditos de carbono, ambas as quais extrapolavam o poder decisório do Estado;

d) A proposta de securitização da dívida ativa foi revista e seu valor diminuído, apesar de continuar sendo uma medida de implementação desafiadora e improvável se comparado com o histórico dessas operações; e

e) O plano de ação da medida de ajuste relativa a ganhos com uma maior fiscalização de participações especiais foi alterado de forma a prever a realização de ações antes do início do usufruto dos efeitos financeiros. Porém, essa mudança levantou evidências de que esta medida parece estar fora da alçada do Estado e que a distribuição do impacto financeiro da medida é incerta, em virtude de mudança, sem justificativa, da temporalidade de seu impacto.

23. Ademais, a documentação entregue trouxe modificações adicionais. Primeiramente, observou-se a diminuição na previsão de investimentos ao longo do Regime de forma a se moldar ao novo limite de crescimento das despesas, o que afetou as receitas de ICMS previstas decorrentes do multiplicador fiscal resultante desses investimentos. Adicionalmente, houve uma alteração nas previsões de despesas com pessoal como resultado da aprovação do Projeto de Lei 5181/2021, que dispõe sobre o sistema de proteção social dos militares do Estado do Rio de Janeiro, ao promover uma redução das receitas de contribuição destes agentes públicos, uma vez que as contribuições incidirão somente sobre o valor que excede o teto do INSS, resultando em um déficit anual da previdência dos militares de aproximadamente R\$ 115,6 milhões.

24. Diante do exposto, a seção seguinte analisará de forma mais detalhada o que fora apresentado no PRF do Estado fluminense.

## 4 ANÁLISE

### 4.1. Do reequilíbrio das contas estaduais durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal

25. Como parâmetros balizadores da avaliação do atingimento do equilíbrio, sem prejuízo da avaliação crítica quanto a cada medida de ajuste proposta e a sustentabilidade e credibilidade do Plano, o art. 10 da Portaria STN nº 931, de 2021, assim define:

*"Art. 10. Para os fins de avaliação do equilíbrio fiscal de que tratam o inciso I do § 1º do art. 5º da Lei Complementar nº 159, de 2017, e o art. 25 do Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021:*

*I - será utilizado o regime de caixa para receitas e despesas, inclusive pagamentos de restos a pagar, desconsiderando-se receitas e despesas intraorçamentárias;*

*II - não serão consideradas despesas primárias as despesas com:*

*a) pagamentos de sentenças judiciais; e*

*b) recomposição de fundos de reserva de depósitos administrativos e judiciais.*

*III - poderão ser deduzidos das receitas ou despesas impactos de fatores extraordinários ou temporários sobre as finanças estaduais, conforme avaliação desta Secretaria.*

*Parágrafo único. Para os fins de avaliação quanto ao cumprimento do art. 25 do Decreto nº 10.681, de 2021, entende-se como:*

*I - serviço das dívidas estaduais, desconsiderados os efeitos da aplicação do art. 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017, os montantes apurados anualmente caso o Estado não estivesse usufruindo dessas prerrogativas; e*

*II - volume sustentável de obrigações financeiras a relação entre o estoque de restos a pagar de despesas primárias ao final do exercício e a receita corrente líquida inferior a 10% (dez por cento)."*

26. No que tange aos dois critérios de equilíbrio, cujo alcance são exigidos no Regime, Resultado Primário superior ao Serviço da Dívida e estoque de RAP inferior a 10% da Receita Corrente Líquida (RCL), a Tabela 1 abaixo resume a trajetória das principais rubricas do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, evidenciando a forma como o Estado pretende atingi-los.

**Tabela 1 - Resumo das Previsões do Cenário Ajustado**

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
R\$ milhões										
<b>Receitas Primárias (I)</b>	<b>97.433,5</b>	<b>101.895,8</b>	<b>103.543,1</b>	<b>103.633,3</b>	<b>108.587,4</b>	<b>113.429,7</b>	<b>111.144,3</b>	<b>123.621,2</b>	<b>120.460,3</b>	<b>133.304,6</b>
Receitas Tributárias	63.859,5	67.684,8	71.235,7	74.800,9	77.869,1	81.227,5	86.874,7	91.485,7	95.669,3	99.953,7
Transferências Correntes	27.512,4	33.154,8	33.815,9	31.437,7	31.351,6	30.525,2	29.500,9	30.004,4	31.107,3	33.073,2
Demais Receitas Primárias	15.304,4	10.853,4	8.797,8	8.214,0	10.620,1	13.491,6	7.365,1	15.391,4	7.551,6	14.762,8
Deduções para o Fundeb	-9.242,8	-9.797,2	-10.306,3	-10.819,4	-11.253,4	-11.814,6	-12.596,4	-13.260,3	-13.867,9	-14.485,1
<b>Despesas Primárias Orçamentárias (II)</b>	<b>87.024,2</b>	<b>91.391,5</b>	<b>96.023,3</b>	<b>99.582,2</b>	<b>103.042,3</b>	<b>106.873,1</b>	<b>111.285,6</b>	<b>115.659,1</b>	<b>120.011,4</b>	<b>116.654,2</b>
Pessoal e Encargos Sociais	46.030,2	50.198,2	53.599,3	55.571,5	58.014,0	60.271,0	62.437,3	64.855,9	67.497,3	68.514,7
Outras Despesas Correntes	37.277,4	38.325,2	39.794,2	39.745,7	39.614,7	41.095,5	42.287,8	43.572,1	44.927,6	46.869,3
Investimentos e Inversões Financeiras	3.693,9	2.868,1	2.629,9	4.265,0	5.413,5	5.506,7	6.560,5	7.231,1	7.586,5	1.270,2
Inscrições de Restos a Pagar Primários (III)	3.440,1	3.560,5	3.676,2	3.786,5	3.900,1	4.017,1	4.137,6	4.261,8	4.389,6	9.472,9
Pagamentos de Restos a Pagar Primários (IV)	2.926,1	3.117,7	6.447,2	6.159,9	3.877,5	3.733,4	3.694,8	3.815,3	3.939,4	4.067,3
<b>Despesas Primárias Pagas (V = II - III + IV)</b>	<b>86.510,1</b>	<b>90.948,7</b>	<b>98.794,2</b>	<b>101.955,6</b>	<b>103.019,7</b>	<b>106.589,4</b>	<b>110.842,7</b>	<b>115.212,6</b>	<b>119.561,2</b>	<b>111.248,6</b>
<b>Resultado Primário (VI = I - V)</b>	<b>10.923,4</b>	<b>10.947,2</b>	<b>4.748,9</b>	<b>1.677,7</b>	<b>5.567,7</b>	<b>6.840,3</b>	<b>301,5</b>	<b>8.408,6</b>	<b>899,1</b>	<b>22.056,1</b>
Deduções ou Acréscimos Legais (VII)		-423,2	-230,7	426,2	1.505,9	-4.551,5	1.628,5	-6.182,8	1.638,7	-6.170,7
<b>Resultado Primário Ajustado (VIII = VI - VII)</b>	<b>10.923,4</b>	<b>10.524,0</b>	<b>4.518,2</b>	<b>2.104,0</b>	<b>7.073,6</b>	<b>2.288,9</b>	<b>1.930,0</b>	<b>2.225,7</b>	<b>2.537,8</b>	<b>15.885,3</b>
Serviço da Dívida por Competência		11.348,9	11.965,2	12.759,1	13.055,0	13.786,7	14.074,4	14.244,3	14.639,7	15.553,5
<b>Estoque de Restos a Pagar (% RCL)</b>	<b>14,9%</b>	<b>14,4%</b>	<b>9,6%</b>	<b>5,7%</b>	<b>5,0%</b>	<b>4,8%</b>	<b>5,1%</b>	<b>4,6%</b>	<b>4,9%</b>	<b>9,1%</b>

27. No âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, e para fins de verificação de cumprimento do critério I, privilegia-se o Resultado Primário Ajustado, dando-se maior ênfase a mudanças estruturais capazes de gerar efeitos perenes sobre a situação financeira do ente federativo, em detrimento à contabilização de fatores extraordinários, como aumentos esporádicos de receitas decorrentes de medidas de ajuste com efeito pontual.

28. Para a apuração do Resultado Primário Ajustado, excluiu-se o efeito do pagamento de passivos não financeiros, como a quitação de sentenças judiciais e a recomposição de fundos de reserva de depósitos judiciais e administrativos, assim como o efeito de medidas de ajuste de caráter temporário propostas pelo Estado, incluindo: a venda da folha de pagamentos, a emissão de títulos securitizados da dívida ativa do Estado, o leilão de concessão de serviços de saneamento básico e a fração da arrecadação de royalties e participações especiais que o Estado alega não terem sido devidamente pagos por empresas exploradoras de petróleo e gás natural nos últimos dez anos. Os impactos dessas medidas podem ser observados na Tabela 2.

**Tabela 2 - Medidas de Ajuste com Caráter Temporário**

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
R\$ milhões										
Venda da Folha de Pagamentos		1.680					1.770			3.450
Securitização da Dívida Ativa			1.025		6.208		6.208		6.208	19.647
Leilões de Concessão de Saneamento Básico	1.565			391						1.956
Royalties e PE devidos nos últimos 10 anos	221	263	289	289	685	685	790	1.317	1.580	6.119

29. Como pode ser observado na Tabela 1, até o penúltimo ano do Regime, o Estado encontra-se distante de atender ao primeiro critério de equilíbrio, seja com base no conceito de Resultado Primário Ajustado ou no conceito usual, que incorpora fatores extraordinários. O alcance ocorre apenas no último ano do Regime, 2030, quando o Resultado Primário Ajustado (R\$ 15,88 bilhões), supera a rubrica de Serviço da Dívida (de R\$ 15,55 bilhões) em R\$ 0,33 bilhão. **Cabe notar que não há melhora gradual no resultado primário ao longo do Regime, sendo que o esforço feito para equilibrar o Estado é, majoritariamente, realizado em 2030, último ano de vigência do Regime, o que aumenta as incertezas de que será, de fato, efetivado, bem como, conforme já destacado, impede que a consolidação fiscal ocorra progressiva e paulatinamente ao longo da vigência do RRF, pois não permite correções de curso com vistas a tornar efetiva a recuperação do Estado.**

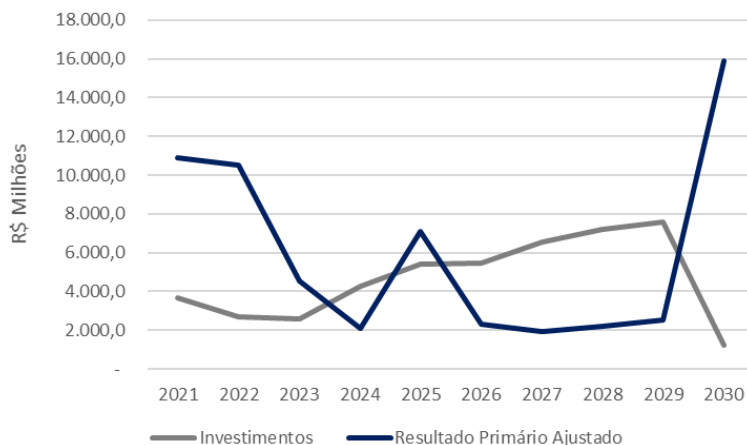
30. Ainda na Tabela 1, observa-se que, no Plano encaminhado pelo Estado, entre os anos de 2026 e 2029, prevê-se incorrer em necessidades de financiamento superiores a R\$ 11 bilhões em cada um desses quatro anos (diferenças entre o Resultado Primário Ajustado e o Serviço da Dívida calculado por competência nos respectivos exercícios), que precisariam ser cobertos com receitas financeiras. Mesmo considerando-se as receitas esporádicas das medidas de ajuste propostas pelo Estado, e comparando o serviço da dívida com o conceito usual de resultado primário, ainda assim suas necessidades anuais de financiamento entre 2023 e 2029 nunca são inferiores a R\$ 5,8 bilhões, alcançando R\$ 13,7 bilhões em 2029. Tal fragilidade fora apontada no Parecer SEI nº 19467/2021/ME.

31. Ademais, observa-se que no ano de 2030, para alcançar um Resultado Primário Ajustado suficiente, o Estado prevê reduzir seus investimentos em 83%,



levando-os para patamar inferior ao observado em 2018 e 2019, quando o próprio Estado afirmou ter realizado investimentos criticamente baixos (em 2018 e 2019 foram realizados investimentos no valor de 1,8% e 1,6% da RCL, respectivamente, e prevê-se investir apenas 1,2% da RCL em 2030). Ou seja, a diminuição drástica de suas despesas com investimentos ocorre de forma a garantir, de maneira frágil e pontual, um superávit primário ajustado superior ao serviço de sua dívida. No gráfico 1 abaixo, observa-se a comparação entre Resultado Primário Ajustado e despesas com investimento ao longo da vigência do regime e o comportamento de ambas as rubricas no último ano, conforme analisado. **Assim, considera-se que o desempenho fiscal se dá de forma inconsistente e precária.**

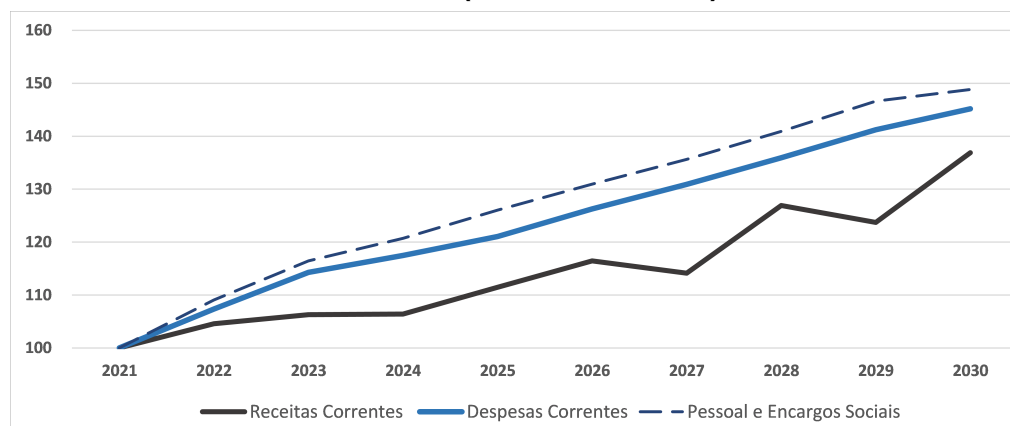
**Gráfico 1 - Trajetórias do Resultado Primário Ajustado e Despesas com Investimentos**



32. Sobre a questão, é oportuno dizer que esta Secretaria, diferentemente do que pode ser interpretado nas disposições finais do Plano de Recuperação Fiscal fluminense, **não anuiu, em sua Nota Técnica SEI nº 33661/2021/ME (SEI 17311805), à interpretação dada pelo Estado de que um programa substancial de investimentos públicos seria necessário para que o Governo do Estado se reequilibre fiscalmente**, tendo apenas citado o próprio diagnóstico do Estado como forma de contextualizar as características inerentes ao Plano. Ressalte-se que esta Secretaria sempre destacou que o foco do RRF é promover uma consolidação fiscal consistente, baseada na realização de reformas estruturais capazes de fazer com que o Estado arrecade mais do que gaste, revertendo seu quadro de desequilíbrio fiscal.

33. Dessa forma, ao longo do processo de elaboração do PRF do Estado, esta Secretaria recomendou que o Ente reconsiderasse a política de aumentos salariais nominais ao longo da vigência sem que houvesse receitas para arcá-las (Pareceres SEI Nº 18401/2021/ME e Nº 19467/2021/ME). Isso, porém, não foi reconsiderado e, portanto, as despesas correntes crescem mais que as receitas correntes ao longo de um Plano de Recuperação Fiscal.

**Gráfico 2 - Comparação da Trajetória das Receitas Correntes e Despesas Correntes (base 100 em 2021)**



34. O Gráfico 2, apresentado acima, ilustra a trajetória das receitas e despesas correntes e da rubrica de despesa com pessoal e encargos sociais. O alto crescimento da despesa com pessoal em 2022 é fruto de aumento salarial substancial em 2021,



acima da inflação deste ano, revertendo o ajuste feito no RRF passado, sem que haja proporcional aumento das receitas correntes, e com impactos duradouros ao longo do Regime. Tal aumento, em combinação com alto crescimento vegetativo da despesa com pessoal (3%) e com aumentos salariais nominais fazem com que as despesas com pessoal cresçam mais que as receitas correntes ao longo do PRF.

35. Ao final dos nove anos de Regime, as despesas correntes do Estado estão previstas para crescerem 45,2%, enquanto suas receitas correntes, mesmo considerando as receitas esporádicas de medidas de ajuste de caráter temporário, apenas 36,9%. **Ademais, o Estado, que se encontra em recuperação financeira e buscando suporte federativo, prevê aumentar suas despesas com pessoal ativo em 17,1% em 2022 e mais 8,9% em 2023, como resultado da concessão de reajustes retroativos para todas as carreiras do funcionalismo, além de prever reajustes *pari passu* com a inflação a partir de 2024 - ou seja, aumento salariais nominais realizados anualmente.** Cabe destacar que essa questão fora abordada por sucessivos pareceres feitos por esta Secretaria, especialmente os Pareceres SEI nº 19467/2021/ME e 18401/2021/ME.

36. Vale ressaltar ainda que, ao longo dos sucessivos documentos encaminhados pelo Estado do Rio de Janeiro, foram observadas alterações, que podem ser observadas na Tabela 3 abaixo, na previsão de receitas com a medida de ajuste baseada na maior fiscalização das empresas do setor petrolífero, sem justificativa aparente, o que gera várias incertezas sobre o seu possível fluxo de caixa. **Não parece haver razões que justifiquem essa concentração do impacto em 2030, ainda mais considerando que a medida depende de atuação da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e que pode ter impactos perenes - portanto não tão concentrados em um exercício.** Caso fosse assumido que a distribuição dos ganhos permanecesse igual à inicialmente prevista, o Estado do Rio de Janeiro não alcançaria o equilíbrio financeiro no último exercício do Regime por uma margem de R\$ 2,7 bilhões. Conclui-se, então, que há possibilidade de que a distribuição do impacto temporal desta medida seja inconsistente e precária, afetando de forma significativa o equilíbrio almejado pelo Plano.

**Tabela 3 - Impactos Financeiros Previstos como Resultado de uma Maior Fiscalização de Empresas do Ramo de Petróleo e Gás Natural**

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Previsão Original	1.855,6	1.855,6	1.855,6	1.855,6	1.855,6	1.855,6	1.855,6	1.855,6	1.855,6
Nova Previsão	420,0	500,0	550,0	550,0	1.300,0	1.300,0	2.220,0	3.220,0	4.840,0

37. Observa-se também que uma frustração de apenas 0,4 ponto percentual no crescimento previsto para as receitas tributárias no último exercício (em que se prevê um crescimento de 4,5% em relação a 2029) já seria suficiente para prejudicar a conformidade do Estado com o critério I, sendo 0,4 ponto percentual valor equivalente ao erro percentual absoluto médio (MAPE) de 9% de seu principal modelo econométrico de projeção de receitas tributárias aplicado ao último exercício. Apenas para colocar em perspectiva, uma frustração, em 2030, de 0,5% do PIB[2] ou de 5% no preço do barril de petróleo já seria suficiente para desequilibrar o Estado. **O Plano encaminhado pelo Estado não possui, portanto, margem de segurança para absorver variações mínimas nas variáveis macroeconômicas** - problema já apontado no Parecer SEI nº 19467/2021/ME.

38. Em relação ao critério II, cujo cumprimento importa que o estoque de restos a pagar (RAP) seja inferior à 10% da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme demonstrado no Plano, o Estado do Rio de Janeiro o atinge já a partir de 2023. Entretanto, em 2030, buscando atender também ao critério I, o Estado prevê, além da redução drástica de investimentos, a inscrição de R\$ 8,7 bilhões em Restos a Pagar processados, mais que o dobro do valor inscrito em qualquer outro ano do programa. A fração de RAP sobre RCL, que é prevista para 4,9% em 2029, passa para 9,1% no último ano de vigência do Plano, sinalizando a retomada de crescimento na trajetória dos RAP. Em outras palavras, caso o Estado fosse de fato sair do RRF na situação apresentada, em 2031 ele teria que manter os baixos níveis de investimento e deixar de honrar suas despesas orçamentárias para honrar as parcelas do serviço da dívida administrados pela STN, **o que evidencia um desequilíbrio estrutural e ensejaria, possivelmente, um novo pedido de ingresso ao RRF. Vale dizer que a inscrição de restos a pagar representa o não pagamento de despesas orçamentárias e, portanto, revela a carência de receitas para honrar os compromissos estaduais. Neste contexto, quando o Estado propõe elevar a rubrica de restos a pagar no último ano, entende-se que ele opta por adquirir um passivo financeiro com a finalidade de gerar resultado primário**

**suficiente para arcar com o seu serviço da dívida (critério I de equilíbrio da Portaria STN 931, de 2021). A medida, portanto, não exprime o planejamento fiscal esperado no contexto de um Regime de Recuperação Fiscal.**

39. Apesar dos aspectos supracitados, o atual nível elevado de disponibilidade de caixa, alcançado em consequência das transferências federais de 2020 para combate à pandemia, a inflação de 2021, a proibição de reajustes salariais nesses dois anos por conta da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e o leilão bem-sucedido de concessão de serviços de saneamento básico em 2021, permite que o Estado cubra sucessivos fluxos de caixa negativos previstos para os anos de 2024 a 2029. Para ilustrar um possível problema, no seu Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 5º bimestre 2021, último disponível, sua disponibilidade de caixa bruta é de R\$ 23,6 bilhões, e outros R\$ 9,9 bilhões estão registrados como demais haveres financeiros. Enquanto isso, o Estado espera encerrar 2021 com um estoque de restos a pagar de R\$ 11,6 bilhões, e supondo-se que o seu saldo de demais obrigações financeiras seja mantido constante em relação ao final de 2020 (no valor de R\$ 3,4 bilhões), isso lhe garantiria uma disponibilidade financeira líquida no encerramento desse exercício de aproximadamente R\$ 18,4 bilhões[3].

**Tabela 4 - Fluxo de Caixa no Cenário Ajustado**

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Resultado Primário (I)</b>		<b>10.947,2</b>	<b>4.748,9</b>	<b>1.677,7</b>	<b>5.567,7</b>	<b>6.840,3</b>	<b>301,5</b>	<b>8.408,6</b>	<b>899,1</b>	<b>22.056,1</b>
Receitas Financeiras (II)		1.058,6	906,8	840,9	855,5	796,6	789,9	833,9	880,4	929,5
Despesas Financeiras (III)		3.203,7	4.584,9	6.168,5	7.453,8	8.959,5	10.114,4	11.323,9	12.648,2	14.466,8
<b>Fluxo de Caixa (IV = I + II - III)</b>		<b>8.802,1</b>	<b>1.070,8</b>	<b>-3.649,8</b>	<b>-1.030,5</b>	<b>-1.322,6</b>	<b>-9.023,0</b>	<b>-2.081,4</b>	<b>-10.868,7</b>	<b>8.518,7</b>
<b>Disponibilidade de Caixa Bruta (V)</b>	<b>23.616,3</b>	<b>32.418,4</b>	<b>33.489,1</b>	<b>29.839,3</b>	<b>28.808,8</b>	<b>27.486,2</b>	<b>18.463,2</b>	<b>16.381,8</b>	<b>5.513,1</b>	<b>14.031,8</b>
Restos a Pagar (VI)	11.662,7	11.785,3	7.934,9	4.639,0	4.341,3	4.304,8	4.427,6	4.554,0	4.684,2	9.769,9
Demais Obrigações Financeiras (VII)	3.403,4	3.403,4	3.403,4	3.403,4	3.403,4	3.403,4	3.403,4	3.403,4	3.403,4	3.403,4
<b>Disponibilidade de Caixa Líquida (VIII = V - VI - VII)</b>	<b>8.550,2</b>	<b>17.229,6</b>	<b>22.150,9</b>	<b>21.796,9</b>	<b>21.064,0</b>	<b>19.777,9</b>	<b>10.632,2</b>	<b>8.424,4</b>	<b>-2.574,5</b>	<b>858,5</b>
<b>Demais Haveres Financeiros (IX)</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>	<b>9.879,7</b>
<b>Disponibilidade Financeira Líquida (X = VIII + IX)</b>	<b>18.429,9</b>	<b>27.109,3</b>	<b>32.030,6</b>	<b>31.676,6</b>	<b>30.943,7</b>	<b>29.657,6</b>	<b>20.511,9</b>	<b>18.304,1</b>	<b>7.305,2</b>	<b>10.738,2</b>

40. Contando-se com a materialização integral de todas as medidas de ajuste, inclusive as de caráter temporário, o Estado encerraria o Regime com disponibilidade financeira líquida de aproximadamente R\$ 10,7 bilhões. Entretanto, observa-se que as duas principais medidas de ajuste do Plano, uma referente à maior arrecadação de royalties, participações especiais e ICMS como consequência de uma fiscalização mais incisiva por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP), com valor de R\$ 22,4 bilhões, e outra envolvendo a securitização da dívida ativa do Estado, no valor de R\$ 19,6 bilhões, possuem risco considerável de não gerarem recursos no volume esperado, portanto a chance de a liquidez financeira do Estado ser comprometida não é desprezível.

41. **Em suma, mesmo considerando que o Plano seja implementado integralmente e que as variáveis macroeconômicas se comportem da forma planejada, o que inclui o volátil preço de petróleo, o PRF apresentado pelo Estado possui inconsistências substanciais.** Destacam-se:

- a trajetória de despesas correntes que ultrapassam às das receitas correntes ao longo da vigência do RRF, especialmente devido ao aumento salarial dos servidores públicos ao longo do Regime;
- a manutenção de fluxos de caixa negativos ao longo do Regime, que podem inclusive levar ao descumprimento do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no último exercício de vigência do RRF;
- a realização, no último exercício de vigência do Regime, de resultados primários muito próximos ao serviço da dívida e de restos a pagar muito próximos ao patamar de 10% da RCL, o que levaria ao desequilíbrio com variações mínimas e esperadas pelo próprio Estado na receita e/ou oriundas, por exemplo, de variação de PIB, do preço de petróleo ou de alteração da distribuição temporal do impacto da medida de fiscalização, cuja execução não parece estar na alçada do Estado e cuja proposta original, se fosse mantida, levaria ao desequilíbrio; e
- a necessidade de um ajuste pontual aparentemente não sustentável no último ano do PRF, que envolve a redução de 83% dos investimentos e o acúmulo de dívida não financeira por meio da inscrição de restos a pagar.

#### 4.2. Do cumprimento dos prazos para a elaboração do Plano de Recuperação Fiscal

42. Os prazos de elaboração do PRF devem obedecer ao cronograma definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, consoante dispõe o inciso IV do parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto 10.681, de 2021.

*"Art. 4º A Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia verificará o cumprimento dos requisitos do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 159, de 2017, no prazo de até vinte dias e publicará o resultado da referida análise no prazo de até trinta dias, ambos os prazos contados da data de protocolo do pedido de que trata o art. 3º deste Decreto.*

*§ 1º A Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, ao se manifestar favoravelmente ao pleito do Estado:*

*(...)*

*IV - estabelecerá os prazos para o processo de elaboração das seções a que se referem os incisos I ao V do caput do art. 5º no prazo de até dez dias, contado da data da audiência com representantes do Estado.*

*§ 2º Os prazos de que trata o inciso IV do § 1º poderão ser revistos mediante apresentação de justificativa fundamentada por parte do Estado."*

43. Note-se que a definição de prazos pela STN se submete ao disposto no artigo 6º do Decreto nº 10.681, de 2021, que estipula limites mínimos e máximos para os prazos das seções previstas nos incisos I a IV do caput do artigo 5º e estipula prazos fixos vinculados a outras etapas do processo de elaboração para as seções dos incisos V e VI.

*"Art. 6º A elaboração das seções de que trata o caput do art. 5º observará os seguintes prazos:*

*I - de trinta a cento e oitenta dias, contado da data de aprovação do pedido de adesão, para as seções previstas nos incisos I a IV do caput do art. 5º;*

*II - de cinco dias para a seção prevista no inciso V do caput do art. 5º, contado da data da conclusão da elaboração das seções previstas nos incisos I a IV do caput do referido artigo; e*

*III - a data de apresentação do Plano de Recuperação Fiscal para a seção prevista no inciso VI do caput do art. 5º.*

*§ 1º O cumprimento dos prazos de que trata este artigo constitui-se em condição necessária para a emissão de recomendação favorável à homologação do Plano de Recuperação Fiscal.*

*§ 2º O prazo de cento e oitenta dias previsto no inciso I do caput será acrescido de sessenta dias para atualização do trabalho previamente realizado, na hipótese de mudança de exercício financeiro.*

*§ 3º Os prazos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, nos termos do disposto no § 2º do art. 4º, poderão ser revistos mediante apresentação de justificativa fundamentada por parte do Estado."*

44. O cronograma de elaboração do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro foi estabelecido no Ofício SEI nº 155073/2021/ME (SEI 16475213), de 17 de junho de 2021. Originalmente o prazo pactuado para a entrega final do Plano era 01 de novembro de 2021, mas essa data sofreu postergações tanto por solicitação do Estado quanto por previsão legal de extensão dos prazos de resposta desta STN em caso de entregas concomitantes de Estados pleiteantes ao Regime, o que ocorreu em virtude das entregas efetuadas pelo Estado de Goiás. Sendo assim, ficou acordada a data de 31 de dezembro de 2021 para a entrega do Plano pelo Estado do Rio de Janeiro, que o fez no dia 29 de dezembro do mesmo ano. Desta forma, **atesta-se que as entregas efetuadas pelo Estado ocorreram todas dentro dos prazos acordados ao longo do processo de elaboração do Plano. Por oportuno, destaca-se que esta Secretaria deferiu todos pedidos do Estado de postergação de prazo, dando tempo hábil ao mesmo para sanear fragilidades apontadas.**

#### 4.3. Da adequação do Plano de Recuperação Fiscal ao disposto na Lei Complementar nº 159, de 2017, e no Decreto nº 10.681, de 2021

45. A entrega das seções listadas nos incisos I a IV do artigo 5º do Decreto

10.681, de 2021, feita pelo Estado do Rio de Janeiro mostrou-se adequada aos ditames deste Decreto e da Lei Complementar nº 159, de 2017, naquilo que cabe a análise desta STN.

46. Em relação aos ditames da Lei Complementar nº 159/2017, e suas subsequentes alterações, cumpre enfatizar que os atos pretendidos pelo Estado que sinalizam potencial descumprimento das vedações impostas pelo Regime, constantes do artigo 8º, constam todos listados como Ressalvas às vedações, descritos nas Notas Técnicas e listados em seção específica, sendo para eles afastada a vedação, nos termos do inciso II do parágrafo 2º do mesmo artigo.

*"Art. 8º São vedados ao Estado durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal:*

*§ 2º As vedações previstas neste artigo poderão ser:*

*(...)*

*II - afastadas, desde que previsto expressamente no Plano de Recuperação Fiscal em vigor."*

47. Também se destaca como objeto de análise de cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 159/2017 e no Decreto 10.681/2021 o cumprimento da limitação de despesas de que trata o inciso V do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei Complementar nº 159/2021, e o artigo 15 do Decreto nº 10.681/2021, estritamente sob o ponto de vista econômico-financeiro, admitindo-se o cumprimento da legislação pertinente. O cumprimento deste mesmo quesito, do ponto de vista legal, é objeto de análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme dispõe o inciso II do parágrafo 1º do artigo 22 do Decreto nº 10.681/2021.

48. Nesse sentido, as projeções mais recentes apresentadas pelo Estado, após alteração da lei estadual que instituiu o teto de gastos, atendem à limitação de despesas do Regime, conforme constante da aba "IV-Verificações" da planilha do PRF. Em suma, apura-se primeiramente que os valores da linha 19, "DESPESA PRIMÁRIA PARA APURAÇÃO DA LIMITAÇÃO DE DESPESAS = (q) - (r)", são inferiores aos da linha 20, "LIMITAÇÃO DE DESPESAS", em todos os anos do Regime e, em segundo lugar, que a atribuição da base de cálculo, a correção dos valores pelo IPCA projetado e as rubricas de despesas não incluídas no cálculo da limitação apresentam-se em conformidade. Aponta-se apenas que as deduções de despesas com transferências constitucionais aos municípios calculadas pelo Estado estão em média 3% superiores àquelas calculadas por esta Secretaria com base nas receitas previstas pelo Estado e nos coeficientes de repasse, indicando que o Estado pode ter incluído nessa rubrica transferências de âmbito estadual não previstas como deduções para fins de apuração do limite de despesas.

49. Vale ressaltar, ainda, que o cumprimento da limitação de despesas nos anos de 2022 a 2029 dá-se por margem de apenas R\$ 1,00, tendo sido feita uma modulação das despesas anuais com investimentos para se adequar aos limites. Portanto, qualquer desvio no IPCA para baixo com manutenção das despesas nos patamares apresentados levará o Estado a descumprir a limitação de crescimento das despesas.

#### **4.4. Do risco de não implementação das medidas de ajuste propostas**

50. Algumas das fragilidades do Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro já foram mencionadas na seção de avaliação do equilíbrio fiscal deste Parecer. Resta, no entanto, submeter o Plano a uma análise de risco, similar a testes de stress, em que são supostas as frustrações de algumas medidas com maior risco de implementação.

51. As medidas de ajuste que compõem o Plano encaminhado pelo Estado estão listadas na Tabela 5, abaixo, que informa também o impacto financeiro agregado de cada uma, a alçada de decisão para sua implementação e a avaliação do risco de não implementação realizado pela STN. Cabe destacar que a medida de "Maior fiscalização de empresas do setor petrolífero" foi, para fins desta análise, considerada na alçada do Governo Federal (mais especificamente da ANP) em virtude de nossa análise do plano de ação do Estado para esta medida, que não traz ação do Estado do Rio de Janeiro que possa aumentar sua arrecadação.

**Tabela 5 - Lista de Medidas de Ajuste propostas pelo Estado do Rio de Janeiro**

Descrição	Impacto Financeiro <sup>1</sup>	Alçada	Risco de Não Implementação
Venda da Folha de Pagamentos	3.450,0	Estado	Baixo
Cancelamento de Restos a Pagar Processados	1.362,0	Estado	Baixo
Securitização da Dívida Ativa	19.647,0	Estado	Alto
Leilões de Concessão de Saneamento Básico	1.956,0	Estado	Baixo
Maior Fiscalização de Empresas do Setor Petrolífero	22.400,0	Gov. Federal (ANP)	Alto

<sup>1</sup>Em R\$ milhões.

52. Uma das principais medidas de ajuste propostas pelo Estado refere-se à emissão de títulos securitizados lastreados em recebíveis de sua dívida ativa. Inicialmente, o valor total dessa medida alcançava R\$ 44,8 bilhões. Entretanto, verificou-se que o total de títulos dessa natureza emitidos por empresas estatais estaduais de securitização desde 2012 somou apenas R\$ 10,5 bilhões, para todos os Estados da federação, sendo R\$ 7,3 bilhões desse montante emitidos apenas pelo Estado de São Paulo (Cia. Paulista de Securitização). Ademais, o índice de perda utilizado pelo Estado do Rio de Janeiro para avaliação da recuperabilidade de sua dívida ativa era consideravelmente inferior ao utilizado pela União (82% desta contra 60% daquele) e que não havia qualquer previsão de deságio entre o valor recuperável e o valor da emissão.

53. Diante o exposto, o Estado concordou em reduzir o impacto dessa medida, que agora figura em R\$ 19,6 bilhões, valor ainda considerado elevado e passível de frustração. Isso porque esse valor representa quase duas vezes o que foi arrecadado com essas operações por todos Estados da federação na última década. Ademais, tendo o Estado do Rio de Janeiro arrecadado, em média dos últimos 5 anos, R\$ 450 milhões anualmente com a arrecadação da dívida ativa, para a planejada securitização arrecadar os valores previstos, haveria um incremento de quase cinco vezes do valor arrecadado historicamente. Vale ressaltar, ainda, que a nota técnica descrevendo esta medida apresenta-se mais como justificativa de intenção, ao invés de plano efetivo, ainda não havendo, por exemplo, definição quanto a emissão de um título securitizado ou criação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC para captar os recursos.

54. A medida de ajuste de maior impacto financeiro, no plano encaminhado pelo Estado, envolve um conjunto de ações a serem realizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para tornar mais eficaz a fiscalização do pagamento de royalties, participações especiais e ICMS pelas empresas do ramo petrolífero. A nota técnica desta medida descreve como uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro constatou que as empresas desse ramo estariam realizando, dentre outras infrações, deduções indevidas para apuração do valor do pagamento de participações especiais e sonegando o imposto estadual sobre a circulação de bens e serviços. Segundo o Estado, R\$ 6,1 bilhões, dos R\$ 22,4 bilhões esperados de receita com essa medida, decorreriam do pagamento de participações especiais devidas e não quitadas nos últimos dez anos. Essa medida, portanto, que parece não envolver ações efetivas a serem adotadas pelo Estado, também foi classificada como de alto risco de não implementação e cujo equilíbrio depende de sua efetivação. Ademais, conforme mencionado anteriormente, o grau de incerteza com relação a essa medida é refletido na alteração da distribuição de seus fluxos financeiros, feito sem justificativa aparente ao longo do processo de elaboração do Plano, por parte do Estado do Rio de Janeiro.

55. Conforme pode ser observado na Tabela 1 deste Parecer, o superávit primário estrutural previsto para ser alcançado pelo Estado em 2030 é apenas R\$ 0,3 bilhão superior ao seu serviço da dívida previsto para aquele ano. Esse cálculo, evidenciado na Seção 4.1 desse Parecer, não inclui os efeitos de medidas de ajuste de caráter temporário, portanto já excluem as receitas decorrentes da securitização da dívida ativa, assim como da venda da folha de pagamento, dos leilões de concessão de serviços de saneamento básico e a parcela da medida de fiscalização de royalties que se refere a valores passados. Restam como medida perene proposta pelo Estado, dessa forma, apenas aquela relacionada à maior fiscalização das empresas do ramo de petróleo e gás natural. Anteriormente neste Parecer já foi mencionado que a simples reversão da distribuição do impacto financeiro dessa medida para sua configuração original já prejudicaria o atingimento do equilíbrio, entretanto, abstraindo-se dessa possibilidade e assumindo a configuração mais recente como a correta, nesse caso, uma frustração de apenas 3% na receita esperada no ano de 2030 como resultado da fiscalização mais eficaz por parte da ANP já seria suficiente para comprometer o atingimento dos critérios de equilíbrio fiscal.

56. Haja vista a intenção do Regime de Recuperação Fiscal de garantir ao Ente uma situação fiscal robusta a choques esporádicos ao final do Plano e considerando a

realização das receitas extraordinárias na avaliação de equilíbrio algo precário, o atingimento, pelo Estado, de um resultado primário superior ao seu serviço da dívida ficaria comprometido em caso de coincidência de uma frustração integral da última tranche do plano de securitização da dívida ativa com a frustração de apenas 5% no acréscimo esperado na arrecadação de royalties, participações especiais e ICMS como resultado de maior fiscalização.

57. Apenas para exemplificar a posição desta Secretaria acerca da insustentabilidade do PRF do Estado do Rio de Janeiro, a seguir é apresentado o resultado primário do Estado considerando a materialização de um passivo contingente capaz de gerar uma frustração de receitas de ICMS da ordem de 8,4%, equivalente ao parâmetro estimado de perda de arrecadação decorrente da implementação da decisão do STF no âmbito do RE 714.139, que proíbe que as alíquotas de ICMS incidentes sobre a comercialização de energia elétrica e serviços de telecomunicação superem 17%.

**Tabela 6 - Resultado Primário em caso de Implementação da RE 714.139**

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
ICMS (sem RE 714.139)	54.635,6	57.417,2	60.233,4	62.512,7	65.052,1	69.843,7	73.562,7	76.815,3	80.128,1
ICMS (com RE 714.139)	50.049,6	52.597,7	55.177,6	57.265,6	59.591,8	63.981,2	67.388,0	70.367,7	73.402,3
<b>Resultado Primário (com RE 714.139)</b>	<b>6.361,2</b>	<b>-70,6</b>	<b>-3.378,1</b>	<b>320,6</b>	<b>1.380,0</b>	<b>-5.561,0</b>	<b>2.233,9</b>	<b>-5.548,5</b>	<b>15.330,3</b>
Deduções ou Acréscimos Legais	-423,2	-230,7	426,2	1.505,9	-4.551,5	1.628,5	-6.182,8	1.638,7	-6.170,7
<b>Resultado Primário Ajustado (com RE 714.139)</b>	<b>5.938,0</b>	<b>-301,2</b>	<b>-2.951,9</b>	<b>1.826,5</b>	<b>-3.171,4</b>	<b>-3.932,5</b>	<b>-3.948,9</b>	<b>-3.909,8</b>	<b>9.159,6</b>
Serviço da Dívida por Competência	11.348,9	11.965,2	12.759,1	13.055,0	13.786,7	14.074,4	14.244,3	14.639,7	15.553,5

R\$ milhões

58. Como pode ser observado na Tabela 6, em caso de implementação dessa decisão da Suprema Corte, o Estado deixa de atender ao critério I de equilíbrio no último exercício do Regime por uma margem de R\$ 6,4 bilhões. Mesmo considerando-se o resultado primário sem ajustes, ou seja, contabilizando-se fatores de caráter temporário, ainda assim o Estado não seria capaz de gerar um superávit primário suficiente para cobrir o serviço de sua dívida.

59. Por fim, cumpre trazer à lume o histórico de desempenho do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do RRF. A tabela a seguir, elaborada a partir do acompanhamento do Regime pelo Conselho de Supervisão, evidencia que dos R\$ 37,4 bilhões em medidas de ajuste previstas para o Estado implementar entre os anos de 2017 e 2020, cerca de 25% não foram concretizadas, inclusive uma de securitização da dívida ativa em valor muito inferior ao proposto neste novo Plano. O Estado também deixou de cumprir a meta de resultado nominal no exercício de 2019 e a meta de zerar a inscrição de restos a pagar. Logo, sob a ótica da responsabilidade fiscal, **é recomendável que o PRF preveja espaços para acomodações e ajustes decorrentes de mudanças nas variáveis econômicas e eventuais frustrações de medidas de ajuste pois há possibilidades de frustrações de receitas e de implementação de medidas, conforme evidenciado pelo PRF do Estado já concluído.**

**Tabela 7 - Medidas de Ajuste não Implementadas no Primeiro RRF**

Descrição	Impacto Financeiro <sup>1</sup>
Securitização da Dívida Ativa	547,3
Antecipação da Concessão da CEG e CEG-Rio	800,0
Concessão de Linhas de Ônibus Intermunicipais	776,6
Novo Preço de Referência do Gás e Participações Especiais	1.335,2
Alienação de ações da CEDAE	2.000,0
Operações de Crédito	4.558,7
Reestruturação Administrativa	753,4
<b>Total</b>	<b>10.771,2</b>

<sup>1</sup>Em R\$ milhões.

## 5 CONCLUSÃO

60. Primeiramente, cabe ratificar que a presente análise se pauta nos preceitos do artigo nº 22 do Decreto nº 10.681, de 2021, em que é de competência desta Secretaria analisar o Plano de Recuperação Fiscal diante das premissas de reequilíbrio de contas, cumprimento de prazos para sua elaboração, adequação à luz da Lei Complementar nº 159, de 2017, e em relação ao risco de não implementação de medidas de ajuste propostas.

61. Dito isso, pode-se observar que o Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro prevê, no último ano do programa, resultado primário superior ao serviço da dívida calculado por competência e restos a



pagar inferiores a 10% da RCL e, ainda assim, tornado possível pela redução drástica de despesas com investimentos e volumosa inscrição de restos a pagar.

62. Nos demais anos, o Estado apresenta elevadas necessidades de financiamento para custear as despesas financeiras com juros e amortização que lhe seriam cobradas em situação normal, mesmo considerando-se a materialização plena de todas as medidas de ajuste e projeções propostas. Diferentemente do alegado pelo Estado no Of. SEFAZ/GABSEC 1100/2021 (SEI 21533851), não há obrigação de prever o atingimento do equilíbrio fiscal apenas no 9º exercício, caso o Estado deseje usufruir integralmente o prazo do programa. A previsão de atingimento antecipado poderia dar flexibilidade ao Ente para reagir a eventos imprevistos, tornando seu Plano mais robusto a adversidades e crível em relação à efetiva reorganização das finanças do Estado. Cabe destacar que esse fato é público, visto que foi justamente o caso do PRF de Goiás, que planeja atingir o equilíbrio antes do fim da vigência máxima.

63. Entretanto, ao avesso do esperado ao longo de um plano de reequilíbrio financeiro, não se vislumbra, na proposta do Estado fluminense, uma progressiva melhoria nos seus indicadores fiscais. De fato, o que se observa são sucessivos déficits de fluxo de caixa possibilitados pela disponibilidade financeira que o Estado goza atualmente em função de fatores conjunturais e de uma concessão de serviços públicos. Ademais, prevê-se uma queda na média do resultado primário de 2026 a 2029 em comparação com o período de 2022 a 2025, o que demonstra a ausência de progressão quanto ao desempenho esperado no que tange ao reequilíbrio fiscal.

64. Com relação às medidas de ajuste que restaram na versão final do Plano, a intenção de arrecadar R\$ 19,6 bilhões com a securitização de sua dívida ativa permanece otimista diante do histórico de emissão de outros dois Estados (São Paulo e Minas Gerais). Adicionalmente, sua medida de ajuste mais relevante, com valor total de R\$ 22,4 bilhões, parece prescindir de qualquer ação do Estado, sendo constituída pela cobrança, por parte da ANP, por deduções indevidas na apuração dos pagamentos de participações especiais pela exploração de petróleo nos últimos dez anos e pelos resultados previstos para decorrerem de uma fiscalização doravante mais eficaz por parte desta agência reguladora. A distribuição temporal do impacto dessa medida, alterada sem que o novo fluxo fosse devidamente explicado, não é crível, uma vez que não há razão para uma concentração de seu impacto no último exercício de vigência do RRF. Mais grave, uma mera alteração da distribuição temporal dos efeitos dessa última medida, como, por exemplo, uma reversão à distribuição considerada por Plano encaminhado pelo Estado do Rio de Janeiro antes deste, e relativamente mais realista, já levaria ao desatendimento aos critérios de equilíbrio, demonstrando sua precariedade.

65. Ficou constatado também que o Estado se desequilibraria no último ano do Regime ante pequenas variações a menor nas projeções para o PIB e o preço do petróleo, impactando suas receitas. Caso a receita se frustre em valor significativamente menor que o erro percentual absoluto médio, previsto pelo próprio Estado, ele já não conseguiria arcar com o seu serviço da dívida. Ademais, se o Estado repetisse em 2031 a política fiscal em 2030, já estaria com o estoque de restos a pagar acima de 10% - patamar considerado não saudável.

66. Diante da análise, pode-se concluir que o Plano fundamenta-se na prática de uma expansão fiscal em meio a uma conjuntura econômica, especialmente regional, recessiva. Em que pese a relevância da retomada dos investimentos estaduais para ajudar a reverter esta situação, estes não serão frutíferos se comprometerem a situação fiscal do Estado no longo prazo. Adicionalmente, o Estado prevê conceder reajustes salariais retroativos para todas as carreiras de seus servidores, além de garantir seu valor real ao longo de todo o Regime. Apesar de a política salarial não ser o foco da defesa conceitual que o Estado faz do Plano, o Ente mostrou-se determinado a não a flexibilizar, optando, antes, por contingenciar investimentos quando confrontado com a necessidade de cumprir a limitação de despesas preconizada no inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017.

67. **Por todos os aspectos expostos, esta Secretaria crê ter encontrado elementos que indicam a precariedade do Plano apresentado para o reequilíbrio das finanças do Estado uma vez que o mesmo encontra-se lastreado em premissas técnicas frágeis para promover o equilíbrio financeiro sustentado que se objetiva alcançar com o Regime de Recuperação Fiscal.** Tal conclusão está em linha com os apontamentos já mencionados nos Pareceres SEI Nº 18401/2021/ME e Nº 19467/2021/ME, e fundamenta-se na possibilidade preconizada no § 2º do art. 25 do Decreto nº 10.681/2021, que possibilita a retirada dos efeitos financeiros de fatores temporários e extraordinários, de forma a submeter o Plano a avaliações quanto à sua robustez para promover o equilíbrio fiscal do Estado.

68. **Em resumo, tal conclusão é baseada principalmente em função das seguintes observações, que fazem com que o PRF do Estado não seja**



**sustentável, ferindo o princípio da sustentabilidade econômico-financeira preconizado pelo § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 159/2017:**

a) Segundo o plano, o atendimento ao critério I de equilíbrio fiscal ocorre no último ano de Regime, porém mediante contingenciamento abrupto de investimentos e inscrição elevada de restos a pagar, contrariando os princípios do Regime, principalmente no que tange à sustentabilidade econômico-financeira. Caso a política fiscal do Estado em 2030 seja repetida em 2031, ele já estaria em desacordo com o critério II, do estoque de restos a pagar. Ademais, não há clara melhora gradual no resultado primário do Estado, o que aumenta o risco de sua não efetivação, o que fora criticado pelo Parecer 19467/2021/ME, que critica a concentração do impacto fiscal de medidas no último exercício. Ademais, o Regime garante ao Estado uma suspensão do pagamento de dívidas que diminui gradualmente ao longo dos anos, com as despesas com juros e amortização aumentando gradativamente em média R\$ 1,4 bilhão por ano, ou seja, uma progressão não acompanhada pelos resultados primários previstos;

b) O equilíbrio alcançado pelo Estado não é capaz de resistir a pequenas frustrações nas suas receitas como consequência de uma atividade econômica ligeiramente menor que o esperado ou preços de petróleo pouco abaixo do previsto - frustração de 0,5% do crescimento do PIB ou preço do petróleo 5% menor que o projetado para 2030 já levaria ao desequilíbrio. Tal fragilidade também fora apontada no Parecer 19467/2021/ME;

c) A implementação da principal medida de ajuste constante do Plano, de aumento da fiscalização de empresas do setor petrolífero, não parece estar na alçada institucional do Estado, requerendo ações por parte de agência reguladora federal, além da distribuição de seu impacto financeiro ao longo dos anos de Regime ter sido alterada de forma a concentrar significativa parte do impacto no último exercício, o que torna a medida precária do ponto de vista fiscal. Cabe ressaltar que a proposta originalmente encaminhada pelo Estado, cujo fluxo era mais crível, levaria o Plano ao descumprimento do critério de equilíbrio referente ao resultado primário. Apenas de forma ilustrativa, para o Estado se desequilibrar basta um deslocamento de apenas 7% do valor esperado para essa medida no último exercício;

d) A segunda medida de ajuste mais relevante do Plano, representando 40% do total (R\$ 19,6 bilhões), envolve a securitização da dívida ativa do Estado em valor muito superior ao observado no histórico recente desse tipo de emissão. Apesar de o Estado ter reduzido a expectativa de arrecadação com essa medida, conforme recomendado pelo Parecer 19467/2021/ME, entendemos que a redução fora insuficiente para adequá-la a operações semelhantes realizadas no passado; e

e) O PRF ora apresentado não teve o condão de romper com a lógica que levou o Estado à atual situação de desequilíbrio fiscal, ou seja, em que as despesas do Estado seguem e permanecem crescendo em patamares superiores a sua capacidade de gerar receitas. Ou seja, o Estado fluminense não apresenta a performance esperada em um processo de consolidação fiscal, em que as despesas sejam custeadas pelas respectivas receitas, princípio básico do Regime de Recuperação Fiscal preconizado pela Lei Complementar nº 159/2017.

69. Fundamental notar que dessas principais razões enumeradas, a "a" e a "e" dizem respeito à necessidade de haver ajustes graduais nas receitas e despesas para que o equilíbrio atingido seja sustentável, de forma que o Estado possa corrigir os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas ao longo da vigência do Regime e de forma a garantir que o ajuste seja feito desde o início da vigência do RRF, pautado, portanto, pelo princípio da celeridade das decisões e de que trata o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 159/2017. A segunda razão enumerada, "b", diz respeito à importância de se considerar que desvios nas variáveis macroeconômicas e riscos contingentes poderão afetar o equilíbrio, o que torna necessário que o equilíbrio seja atingido com certa margem para absorvê-los. Esses três apontamentos visam que o equilíbrio seja sustentável e são, portanto, aderentes ao princípio da sustentabilidade econômico-financeira, previstas na Lei Complementar nº 159/2017.

70. Em relação ao item "c", não é crível que a medida de aumento da fiscalização de empresas do setor petrolífero tenha o impacto concentrado nos últimos exercícios, conforme apresentado pelo Estado nesta entrega, de forma diversa à

entrega original, e sem justificativa para essa alteração. Dessa forma, não podemos considerar esse novo fluxo, o que leva o Estado a descumprir expressamente o inciso I do art. 25 do Decreto nº 10.681/2021.

71. Vale dizer que a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal permite ao Estado suspender e reprogramar, sob condições benéficas, pagamentos estimados no valor de mais de R\$ 52,5 bilhões, cujo ônus incidirá sobre o orçamento da União, ou seja, o conjunto dos demais estados federativos, sendo que a suspensão do pagamento do serviço da dívida no âmbito do RRF anterior já levou a uma suspensão de pagamentos por volta de R\$ 92 bilhões. É, portanto, fundamental que esse volumoso gasto seja efetivo em equilibrar as finanças do Estado e, para isso, o Plano precisa ser sustentável e crível.

72. Por fim, registra-se que o Regime de Recuperação Fiscal tem por finalidade primordial fornecer instrumentos aos Estados com vistas a garantir o reequilíbrio fiscal e fortalecer o rito de planejamento das finanças públicas. O Plano de Recuperação Fiscal, então, deve traduzir a busca do reestabelecimento da sustentabilidade fiscal adotando-se ações no curto e médio prazo capazes de mitigar o grave desequilíbrio financeiro que justificou, inicialmente, a adesão do Estado ao RRF, o que não ficou constatado no Plano encaminhado pelo Estado do Rio de Janeiro.

[1] Apenas para exemplificar a necessidade de que o plano contenha margens de acomodação para que, conservadoramente, se possam adotar estratégias de correção de curso voltadas ao patrocínio da reponsabilidade fiscal na gestão dos recursos público, cabe citar duas alterações normativas iminentes e que têm o condão de afetar sobremaneira a trajetória de arrecadação do Estado do Rio de Janeiro, a saber: a) a Lei nº 12.734, de 2012, e que trata da repartição dos recursos de royalties entre os entes da federação. Atualmente, a esta lei encontra-se suspensa por força de decisão liminar do Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade. De acordo com o relatório final da CPI da Crise Fiscal de autoria da ALERJ, publicado em 2019, a aprovação da lei causaria uma diminuição de 40% nas receitas de royalties do estado do Rio de Janeiro e de até 80% nas receitas dos municípios fluminenses; b) Decisão do Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, no RE 714.139, que decidiu que a cobrança de alíquota do ICMS superior a 17% sobre as operações de fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicação é inconstitucional. No caso do Estado do Rio de Janeiro, a alíquota atualmente cobrada é de aproximadamente 25,9% para energia elétrica e 32,0% para telecomunicações. Certamente, essa decisão impactará as finanças do estado e reforça o argumento necessário de que um plano de recuperação fiscal deva apresentar margens suficientes para fazer frente às variações econômicas comuns em período de 10 anos, como o que compreende o PRF do Estado do Rio de Janeiro.

[2] Considerando-se uma elasticidade igual a 1 entre o PIB e a arrecadação tributária.

[3] Valores estimados com base em dados do RREO 5º Bimestre de 2021 e RGF 3º Quadrimestre de 2020.

É o parecer que submetemos para análise.

Documento assinado eletronicamente

ALEXANDRE RUGGIERI KOSBIAU

Analista da GEPEF

Documento assinado eletronicamente

THAYSSA MENDES TAVARES PENA

Gerente de Projeto da GEPEF

Documento assinado eletronicamente

FELIPE SOARES LUDUVICE

Gerente da GEPEF

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretária da SURIN.

Documento assinado eletronicamente

PIETRANGELO VENTURA DE BIASE

Coordenador-Geral da COREM, Substituto

De acordo. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário do Tesouro Nacional.

Documento assinado eletronicamente

PRICILLA MARIA SANTANA

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais

Tendo em vista os apontamentos realizados, manifesto-me de forma desfavorável à homologação do Plano de Recuperação Fiscal encaminhado pelo Estado do Rio de Janeiro. Encaminha-se o presente parecer à SETO para providências.

Documento assinado eletronicamente

JANETE DUARTE MOL

Secretária do Tesouro Nacional, Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Soares Ludovice, Gerente de Projeções e Estudos Fiscais dos Estados, Distrito Federal e Municípios**, em 13/01/2022, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thayssa Mendes Tavares Pena, Gerente de Projetos**, em 13/01/2022, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietrangelo Ventura de Biase, Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 13/01/2022, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 13/01/2022, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janete Duarte Mol, Secretário(a) do Tesouro Nacional Substituto(a)**, em 13/01/2022, às 20:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ruggieri Kosbiau, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 14/01/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21664921** e o código CRC **91EF75BB**.